



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS  
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
Avenida Vicente Simões, 1.111 – Bairro Nova Pouso Alegre – Pouso Alegre/MG – CEP 37.553-465  
(035) 3449-6192 – E-mail: [coinfra.reitoria@ifsuldeminas.edu.br](mailto:coinfra.reitoria@ifsuldeminas.edu.br)

## JUSTIFICAVA PARA UTILIZAÇÃO DO RDC

**OBJETO: Construção do Complexo Esportivo Paineira do IFSULDEMINAS Campus Passos composto por quadra poliesportiva, quadra de futebol de areia, quadra de voleibol de areia, pista de saltos, pista de caminhada interna, área de estacionamento, calçada e área de caminhada externa, área para academia ao ar livre e área gramada, além da construção de uma pequena guarita para o controle das atividades, tendo como área total a ser trabalhada de um terreno de 10.385,28 m<sup>2</sup>.**

A referida obra tem por objetivo à implantação do Complexo Esportivo em uma área conhecida como “Terreno da Paineira”. Terreno este localizado entre as Ruas Bragança e Rua Vespasiano no bairro N. Sra. da Penha II. Este terreno foi doado pela prefeitura municipal de Passos/MG ao IFSULDEMINAS-Campus Passos na ocasião da vinda da instituição para o município.

A construção do Complexo Esportivo será dividida em duas etapas, “**fase 01**” objeto desta licitação e “**etapa futura**” que complementarão nosso projeto total para a área em questão. O motivo se dá devido à restrição orçamentária de momento. Esta divisão em etapas facilitará sua construção em termos de recursos e de imediato atender demandas reprimidas dos alunos, dos servidores e da comunidade.

Em virtude da crescente demanda por espaços urbanos para atividades de lazer, práticas desportivas, cuidados com a saúde e entretenimento, faz do Complexo Esportivo, aqui proposto, uma alternativa viável para atender a população Passense na melhora da sua qualidade de vida.

Contando ainda que a sua localização estratégica possibilitará diversos projetos e ações sociais para população de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Optamos pela utilização da modalidade licitatória RDC devido ao fato das diversas vantagens trazidas pelo RDC (ou que este deve trazer), se comparadas às modalidades da Lei 8.666/93, as quais podemos destacar:

- Economia e a Agilidade/Celeridade dos processos, sendo que ambas estão intimamente ligadas, portanto, nosso processo será mais econômico e menos dispendioso pela maior eficiência e consumir menos recursos, inclusive de tempo. Na prática poderemos realizar com o RDC uma diminuição entre a sessão de abertura da licitação e a assinatura do contrato em pelo menos 50% e, em alguns casos, imaginamos conseguir uma redução ainda maior.
- Redução de custos para a condução dos processos de licitação;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS  
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
Avenida Vicente Simões, 1.111 – Bairro Nova Pousa Alegre – Pousa Alegre/MG – CEP 37.553-465  
(035) 3449-6192 – E-mail: [coinfra.reitoria@ifsuldeminas.edu.br](mailto:coinfra.reitoria@ifsuldeminas.edu.br)

- Redução de envolvimento de recursos humanos com o uso dos procedimentos auxiliares;
- Redução dos custos de processos presenciais com a utilização de processo eletrônico;
- Redução ainda maior de etapas se optarmos por utilizar a contratação integrada;
- Redução do tempo de processamento com a inversão das fases e a avaliação de habilitação somente do(s) melhor (es) colocado(s) e fase única recursal;
- Economia na execução de obras;
- Redução de aditivos contratuais onerosos, vedados na contratação integrada, e que só são admissíveis para alteração de projetos por solicitação da administração pública;
- Compartilhamento dos riscos com as empresas contratadas, posto que as mesmas não podem imputar responsabilidades como falhas de projeto a terceiros (na contratação integrada);
- Coibição da formação de cartéis e “combinação” de preços com o uso do orçamento sigiloso se assim optarmos;
- Celeridade e eficiência na execução das obras – uma vez que as mesmas são executadas pela mesma equipe autora do projeto, portanto, com um planejamento integrado entre obra e projeto (na contratação integrada).

Importante ainda destacar de maneira especial que podemos utilizar o critério de menor dispêndio, menor preço ou maior desconto. No primeiro caso, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos no edital, será declarada vencedora a proposta que ofertar o menor valor, desde que não seja inexequível, o que resultará na maior vantagem.

O critério de Menor Preço é o critério preferencial estabelecido pela Lei Federal 12.462. Permite que os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, sejam considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis.

A lei prevê um critério adicional de “**maior desconto**”, que julga as propostas de acordo com o maior percentual de desconto oferecido sobre o preço fixado, sendo que esse deve incidir linearmente sobre todos os custos unitários. Com isto eliminamos definitivamente o jogo de planilha. Esse critério somente se aplica a licitações com orçamento estimado não oculto.

O RDC foi instituído pela Lei nº 12.462, de 2011, com o escopo de conferir agilidade e eficácia às contratações relacionadas à infraestrutura para os eventos que o Brasil teria que organizar nos anos seguintes à lei, a exemplo das Olimpíadas de 2016. Posteriormente tal regime de contratação foi estendido às ações integrantes do Programa





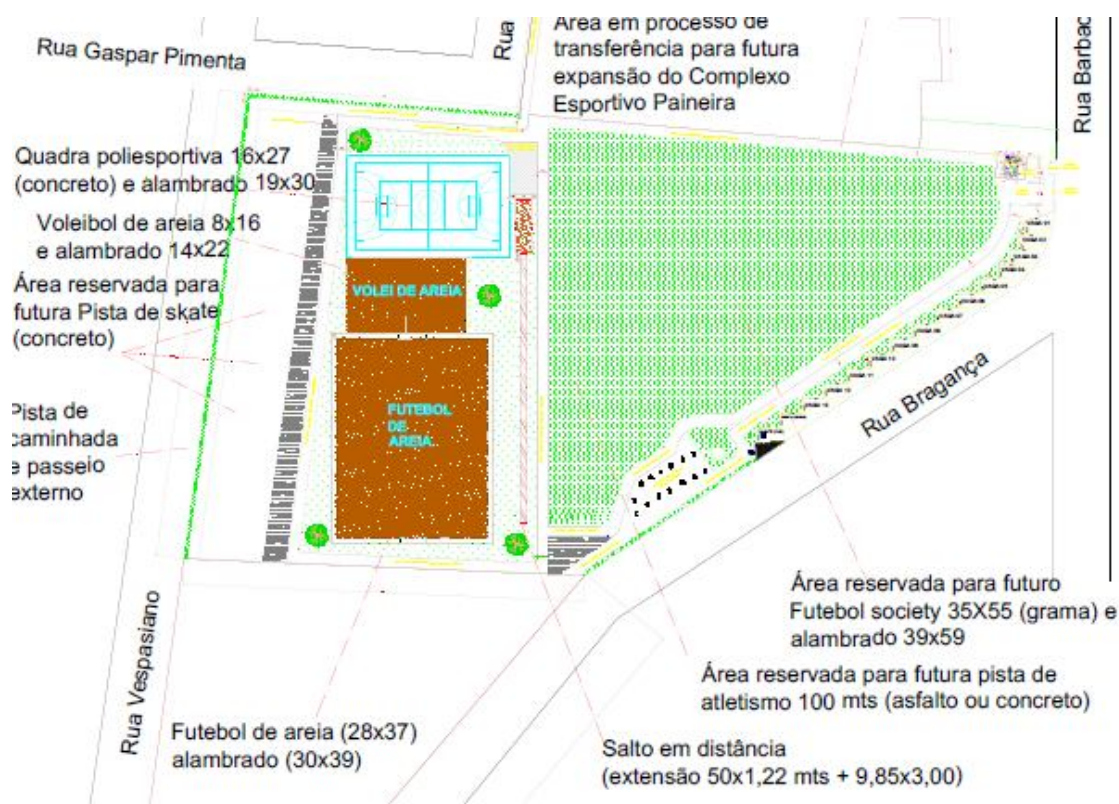
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS  
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
Avenida Vicente Simões, 1.111 – Bairro Nova Pouso Alegre – Pouso Alegre/MG – CEP 37.553-465  
(035) 3449-6192 – E-mail: coinfra.reitoria@ifsuldeminas.edu.br

de Aceleração do Crescimento (PAC) e, mais recentemente, foi aplicado às contratações para a realização de obras e serviços de engenharia relacionadas aos sistemas públicos de ensino, por força da Lei nº 12.722, de 2012.

Esperamos com nossa escolha possibilitar a construção de obras que atendam nossas unidades de ensino com maior rapidez, o que, certamente, beneficiará milhares de alunos e cidadãos da nossa área de atuação, possibilitando a continuação de um ensino público, gratuito e de qualidade.

Pouso Alegre/MG, 02 de outubro de 2017

Engº Civil Paulo Roberto de Oliveira



Eng.º Civil Paulo Roberto de Oliveira – CREA/MG 29.949/D – Mat. SIAPE 2056557 – Port. 985/2013 – ProDI – Reitoria  
IFSULDEMINAS



INSTITUTO FEDERAL  
SUL DE MINAS GERAIS